



AS AULAS RÉGIAS E OS SALÁRIOS DOS PROFESSORES NO PERÍODO DE REORGANIZAÇÃO DOS ESTUDOS (MINAS GERAIS, 1795-1800)

Cleide Cristina Oliveira*; Suellen Cássia Margoti**; Dra. Christianni Cardoso
Morais***

cleide_web@hotmail.com; suellencmargoti@gmail.com;
tianimorais@hotmail.com

- * Bolsista de Iniciação Científica (Fapemig) e graduanda em Pedagogia pela UFSJ;
- ** Bolsista de Iniciação Científica (CNPq) e graduanda em Pedagogia pela UFSJ;
- *** Doutora em História pela UFMG e professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de São João Del Rei– UFSJ, MG.

Recebido em 30/06/12 – Publicado em 19/10/12

Resumo:

Em 1777 D. Maria I assumiu o trono de Portugal. Todavia, a rainha fora afastada do poder por se encontrar em um estado de insanidade mental e, durante a regência de seu filho D. João, iniciada em 1792, suas determinações sofreram uma inflexão. Sob um contexto de crise econômica, houve uma tentativa de reorganização das escolas, baseada em um processo de centralização administrativa. A partir deste contexto é que analisamos os temas discutidos neste artigo: a disseminação das aulas régias na Capitania de Minas Gerais e os salários dos professores. Para tanto, tomamos como fontes de pesquisa documentos oficiais, produzidos entre 1795 e 1800. Identificamos as aulas de Primeiras Letras e de Gramática Latina como as mais numerosas e, ainda, que nem sempre as escolas oficialmente autorizadas funcionavam. Os valores dos salários dos mestres eram diferenciados conforme a especialidade ensinada: Filosofia (460\$000 réis anuais), Retórica (440\$000), Gramática Latina (400\$000) e Primeiras Letras (150\$000). No final do século XVIII, havia professores que não recebiam os salários integralmente e muitos que não recebiam absolutamente nada há anos. Os professores de Primeiras Letras eram os que possuíam salários atrasados com maior frequência e, mesmo assim, continuavam a exercer suas atividades.

Palavras-chave: aulas régias; reorganização dos estudos; salários de professores.

Abstract:

In 1777 D. Maria I took over the Portuguese Throne. However, the Queen was released from duty due to mental insanity. Her son, D. João, took over Throne in 1792, and her determinations suffered some inflexions. Facing an economic crisis, there was an attempt to re-organize the schools under a centralized administration process. Bearing this context in mind, we have analyzed the issues approached in this article: the dissemination of “aulas régias” (Govern-funded Lessons) in the Captaincy of Minas Gerais and the teachers’ salaries. To that matter, we have based our research on official documents issued between 1795 and 1800. We have identified the “Primeiras Letras” (Alphabetization Classes) and Latin Grammar as the major ones and that the officially authorized schools would not work properly. The teachers’ salaries would vary according to the subjects taught: Philosophy (460\$000 Réis per year), Rhetoric (440\$000), Latin Grammar (400\$000) and “Primeiras Letras” (150\$000). In the end of XVIII century, there were teachers who would not get fully paid whilst others would not be paid at all for years. The teachers of “Primeiras Letras” were the ones who would frequently have their salaries delayed; however, they would keep on with their teaching practice.

Key Words: “aulas régias” (Govern-funded Lessons); reorganization of studies; teachers’ salaries.

No campo da História da Educação do Brasil, durante várias décadas, os pesquisadores vinham afirmando que a implementação das escolas régias na América Portuguesa teria sido um fracasso. Sob esta perspectiva, as reformas pombalinas iniciadas em 1759 no reinado de D. José I teriam destruído a obra inaciana e não fora implementado, de fato, nada melhor no lugar dos colégios jesuítas. Esta é a avaliação feita por Fernando de Azevedo em *A cultura brasileira*¹. De acordo com Marta Carvalho, após a publicação da obra de Azevedo, a historiografia da educação no Brasil seguiu seus argumentos, como se os historiadores tivessem adotado um “molde”². Esta visão vem sendo reavaliada desde a década de 1980, principalmente a partir de estudos regionais. Entretanto, mesmo tentando re-determinar o valor da “perspectiva azevediana”, ainda não é possível dimensionar, de uma maneira global, o impacto da instituição das aulas régias na América Portuguesa. Os historiadores têm enfrentado obstáculos que se relacionam

¹ AZEVEDO, *A cultura brasileira*. A primeira edição data de 1943.

² CARVALHO, *Configuração da historiografia educacional brasileira*, p. 331 e p. 348.

fortemente com o caráter das fontes disponíveis, que ora dizem respeito a espaços circunscritos e ora a períodos muito curtos, o que impossibilita averiguar, de modo integral, o alcance das reformas em todo o período colonial. Dessa forma, a produção de estudos com caráter regional tem sido mais profícua³. Nosso artigo traz resultados preliminares de um projeto de pesquisa que também se dedica ao estudo regional e se encontra em andamento. Intitulado *Arrecadação do subsídio literário e disseminação das aulas régias em Minas Gerais (1772-1834)*, o projeto vem sendo desenvolvido desde 2010⁴.

Com base nos dados levantados e organizados até o presente momento, dentre os objetivos deste artigo pretendemos, primeiramente, apresentar uma cartografia da disseminação das aulas régias conforme as especialidades oferecidas nas diversas comarcas da Capitania de Minas Gerais, nos anos de 1795, 1796, 1797 e 1800. Em segundo lugar, buscaremos contabilizar quais cadeiras oficialmente autorizadas se encontravam em funcionamento e quais estavam vagas. Posteriormente, traremos uma discussão sobre os salários dos professores régios, a partir de indícios que revelam atrasos constantes em seus recebimentos. Buscamos compreender estas questões à luz do contexto no qual se inseriam: o movimento de reorganização das aulas régias que se encontrava em curso no período da Regência de D. João.

Para que seja compreendida a dinâmica das aulas régias no período ao qual nos reportamos, devemos ter em conta que o final do século XVIII era, para o Reino

³ A esse respeito, cf: SILVA, *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco*; ou SILVA, *As Reformas Pombalinas e seus reflexos na constituição dos mestres de Primeiras Letras no Termo de Mariana (1772-1835)*; ou ainda FONSECA, *Letras, ofícios e bons costumes*.

⁴ Coordenado pela Prof^a Christianni Cardoso Morais, financiado pela FAPEMIG e pelo CNPq, o projeto conta com as seguintes bolsistas de Iniciação Científica: Cleide Cristina Oliveira; Patriciane Xavier Moreira dos Santos; Michelly da Silva Oliveira; Suellen Cássia Margoti.

Lusitano, um contexto de crise. Em 1777, com o falecimento de D. José I, sua filha D. Maria I assumiu o trono de Portugal. O Marquês de Pombal, que muito trabalhara para a implantação de um sistema de ensino, especialmente a partir do ano de 1772, fora afastado de suas funções. Sob o ponto de vista da educação, o período mariano pode ser entendido como o da “conventualização” do ensino, na medida em que, na Metrópole, se recorreu às ordens religiosas para que a oferta das aulas fosse ampliada, principalmente as de Primeiras Letras. Apesar do aumento do número das aulas régias, a qualidade do ensino decaía, uma vez que se constatava que os religiosos dos conventos não se encontravam qualificados ou mesmo não se mostravam comprometidos com o ensino da mocidade. Os salários dos mestres régios também decaíram muito neste período, o que desestimulava os seculares a se ocupar do exercício do magistério. Apesar das medidas que diminuíram a qualidade das aulas régias, D. Maria I realizou uma inovação, ao dar existência legal ao ensino feminino no sistema educativo português – apesar de as aulas régias para mulheres não terem funcionado efetivamente no século XVIII⁵.

A rainha fora afastada do poder por se encontrar em um estado de insanidade mental e, durante a regência de seu filho D. João, iniciada em 1792, suas determinações sofreram uma forte inflexão. Medidas centralizadoras à maneira pombalina foram tomadas por D. João, que planejou uma reorganização das aulas régias em finais dos setecentos, a qual culminou com um concurso geral no ano de 1800⁶.

Em nosso artigo, baseamo-nos em fontes documentais manuscritas produzidas pela Junta da Real Fazenda de Minas Gerais. Este órgão estava ligado à Casa dos

⁵ Mais detalhes sobre o período mariano cf.: FERNANDES, *Os caminhos do ABC*, p. 78-114; ADÃO, *Estado Absoluto e ensino de Primeiras Letras*, p. 73-82.

⁶ Esta reorganização do ensino foi estudada por MORAIS & FERNANDES, *Pombalismo sem pombal. e-hum*, Belo Horizonte, Vol.5, N.2, pp.119-135 (2012). Editora uniBH
Disponível em: www.unibh.br/revistas/ehum

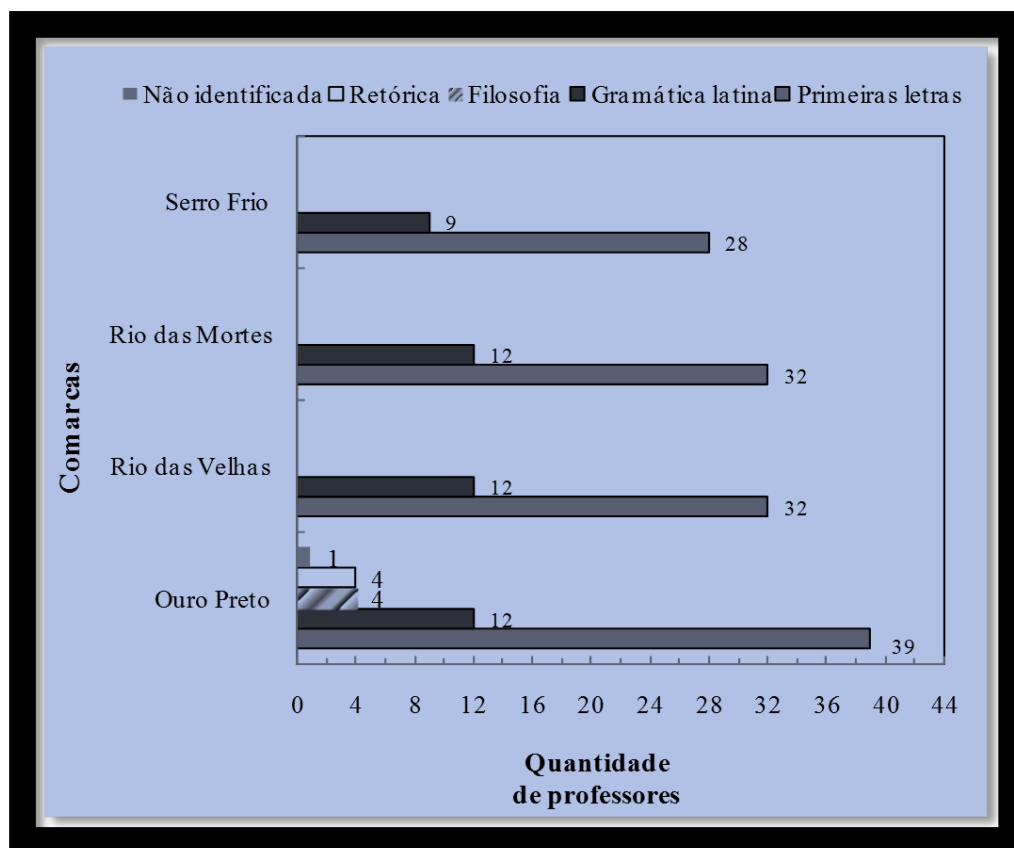
Contos, responsável pela cobrança dos impostos da Capitania de Minas e se sua sede se localizava em Vila Rica⁷.

Sob o ponto de vista administrativo, no período em análise, a Capitania de Minas Gerais era dividida em quatro comarcas: a do Rio das Velhas, do Serro Frio, de Vila Rica e do Rio das Mortes. Cada comarca possuía uma sede administrativa, denominada também de “cabeça de comarca”, sendo estas vilas mais populosas e mais urbanizadas. Esta organização foi respeitada em nosso artigo.

O **Gráfico 1**, que apresentaremos a seguir, exhibe as quantidades de cadeiras autorizadas pela coroa, distribuídas pelas quatro comarcas mineiras, de acordo com as especialidades que deveriam ser ensinadas em cada comarca nos anos de 1795, 1796, 1797 e 1800.

⁷Documentos digitalizados pelo *Projeto Resgate* e disponíveis para consulta em CD-ROM no *Arquivo Público Mineiro* (APM). Os originais se encontram em Lisboa, no *Arquivo Histórico Ultramarino* (AHU). Tratam-se de documentos avulsos que não possuem numeração original: AHU, Cx 148, Doc 06, Cd 43; Cx 154, Doc 51, Cd 46.

GRÁFICO 1
QUANTIDADE DE CADEIRAS POR ESPECIALIDADES
AUTORIZADAS EM MINAS GERAIS (1795, 1796, 1797 e 1800)



Fontes: AHU, Cx 148, Doc 06, Cd 43; Cx 154, Doc 51, Cd 46.

O número de cadeiras em cada comarca, nos três primeiros anos considerados no **Gráfico 1**, permaneceu o mesmo. Foram autorizadas 46 cadeiras durante cada ano, o que totaliza 138 aulas. Em 1795, dentre as 46 aulas, foram ofertadas as seguintes modalidades de estudo: 33 de Primeiras Letras (o que representa 71,7% do total de 46 cadeiras), 11 de Gramática Latina (23,9%), uma de Filosofia e uma de Retórica (2,2%). O mesmo se repetiu nos anos de 1796 e de 1797. Em 1800, foram autorizadas 47 cadeiras, distribuídas da seguinte maneira: 32 de Primeiras Letras (o que representa 68,1% do total de 47 cadeiras), 12 de Gramática Latina (25,5%), uma de Filosofia e uma de Retórica (2,1%) e, ainda, uma cadeira cuja especialidade se encontra sem identificação no documento consultado (2,1%). Ao longo dos quatro

anos, foi autorizado o funcionamento de 185 cadeiras. Esta distribuição das cadeiras conforme as especialidades ou ensinamentos ministrados mostra que, no sistema de ensino lusitano, a prioridade era dada às Primeiras Letras, grau de ensino no qual eram ministrados os ensinamentos básicos de ler, escrever, contar e Doutrina Cristã. Todavia, como mostraremos posteriormente, nem todas as cadeiras autorizadas foram ocupadas por professores.

Ao longo dos anos contemplados no **Gráfico I**, apenas em Ouro Preto foram autorizadas aulas de Filosofia e de Retórica. Tal questão pode ser explicada pelo fato de estas aulas serem de nível “secundário”. Isto ocorria na medida em que, no que diz respeito às aulas deste nível de ensino, a “orientação da Coroa para o estabelecimento das aulas régias, desde o período pombalino, era que fossem priorizados os lugares mais populosos e de mais fácil acesso, especialmente as ‘cabeças de Comarcas’”, locais considerados estratégicos para a Metrópole⁸.

Consideramos que a distribuição das aulas no período se relaciona a questões populacionais e à posição geográfica das localidades. Quanto menos populosa e mais distante do poder central, menor o número de cadeiras autorizadas, o que fica bastante visível quando comparamos as cifras da Comarca de Serro Frio às demais comarcas mineiras. Na Comarca de Ouro Preto, Vila Rica era privilegiada por ser a capital de Minas Gerais e uma das localidades mais povoadas da capitania.

Nem todas as cadeiras oficialmente autorizadas e distribuídas chegaram a ser ocupadas por professores. E o fato de terem sido ocupadas também não quer dizer que as aulas ocorriam de fato. Na documentação em que nos baseamos, as cadeiras ocupadas, ou seja, para as quais foram nomeados professores, somando-

⁸ MORAIS, *Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola*, p. 95. Ainda sobre a questão da distribuição das aulas régias, cf: FONSECA, *O ensino régio na Capitania de Minas Gerais. e-hum*, Belo Horizonte, Vol.5, N.2, pp.119-135 (2012). Editora uniBH
Disponível em: www.unibh.br/revistas/ehum

se todas as localidades e em todas as comarcas no ano de 1795, totalizaram 39 (84,8% de 46). Em 1796, houve decréscimo, passando para 35 (76%). Em 1797 mais decréscimo, totalizando 31 (67,4%). No ano de 1800, havia 22 cadeiras ocupadas, dentre as 47 autorizadas (46,8%). As cadeiras vagas em cada ano apresentam as seguintes cifras: sete para 1795 (15,2% de 46), 11 para 1796 (23,9%), 15 em 1797 (32,6%) e 25 em 1800, ou seja, mais da metade: 53,2%.

Para que se possa melhor visualizar estas diferenças, apresentaremos em seguida a **Tabela 1**, na qual coligimos os dados que dão a ver o movimento de ocupação e vacância das cadeiras nas comarcas mineiras, entre 1795-1797 e 1800:

TABELA 1

QUANTIDADES DE CADEIRAS OCUPADAS E VAGAS NAS COMARCAS DE MINAS GERAIS (1795, 1796, 1797 E 1800)								
Anos	Comarcas							
	Ouro Preto		Rio das Velhas		Rio das Mortes		Serro Frio	
	Ocupadas	Vagas	Ocupadas	Vagas	Ocupadas	Vagas	Ocupadas	Vagas
1795	12	3	12	0	7	3	8	1
1796	12	3	9	3	7	3	7	2
1797	12	3	6	6	7	3	6	3
1800	9	6	3	5	5	9	5	5
Total	45	15	30	14	26	18	26	11
Fontes: AHU, Cx 148, Doc 06, Cd 43; Cx 154, Doc 51, Cd 46.								

Ao compararmos comarca por comarca, a partir dos dados apresentados na **Tabela 1**, verificamos que a de Ouro Preto possuía a maior quantidade de cadeiras ocupadas em Minas Gerais em todos os anos compreendidos na referida tabela: 45, o que representa 24,3% do total de 185 aulas régias autorizadas naqueles quatro

anos. Em segundo lugar, se encontrava a Comarca do Rio das Velhas, com 30 cadeiras ocupadas (16,2% de 185) e, por fim, empatadas, a Comarca do Rio das Mortes e a do Serro Frio, com 26 cadeiras ocupadas (14%). Interessante também observar a estabilidade vivida pelas comarcas mineiras nos três primeiros anos que figuram na **Tabela 1**, especialmente as de Ouro Preto e do Rio das Mortes. De maneira diversa, no último ano do século XVIII, houve um significativo movimento de vacância das cadeiras, chegando a haver seis das 15 aulas régias vagas em Ouro Preto (40% desta comarca); cinco dentre as oito do Rio das Velhas (62,5%); nove de 14 no Rio das Mortes (64,2%) e cinco dentre 10 autorizadas na Comarca do Serro Frio (50%). Tais dados revelam o momento de crise pelo qual as aulas régias passavam no período de Regência de D. João e a necessidade de haver mesmo uma reforma do sistema de ensino que fora ampliado no período mariano.

As vacâncias entre as cadeiras autorizadas poderiam ser ocasionadas por diversas circunstâncias, dentre as quais Thais Nívea de Lima e Fonseca destaca as licenças para tratamento de saúde ou viagem, morte dos mestres e posterior demora na substituição dos mesmos ou o fim das provisões para lecionar⁹. Em 19 de outubro de 1800, data em que fora produzida uma “Relação das Cadeiras de Grammatica Latina; Portuguesa, que se achão vagas na Capitania de Minas Gerais”¹⁰, havia 25 cadeiras vagas (tais dados podem ser observados na **Tabela 1**). Para uma dessas 25 cadeiras, não consta no documento explicação que justificasse a vacância. Entre as demais 24, há indicação de que uma vagara por desistência do mestre (4% do total de 24), três por falecimento dos professores, (12.5%) e 19 outras por terem vencido as provisões (79%). Como revelam os números relativos, o vencimento das

⁹ FONSECA, *O ensino régio na Capitania de Minas Gerais*, p. 37. As provisões eram as permissões reais, sem as quais os mestres não podiam exercer o ofício.

¹⁰ APM: AHU, Cx 154, Doc 51, Cd 46.

permissões para lecionar, ou seja, das provisões, era a variável que mais contribuía para que as aulas ficassem vagas no ano de 1800. Como daremos a ver em seguida, muitos mestres se encontravam com salários atrasados, mas parece que esta situação não era a que mais interferia no movimento de vacância das cadeiras. Significativa parte deles ocupava as cadeiras por anos a fio, sem receber seus ordenados. Não encontramos documentos que nos permitam compreender como era a vida destes professores, como faziam para sobreviver neste mundo sem liquidez. Provavelmente se dedicavam a serviços paralelos que lhes garantia algum sustento, como aulas particulares ou realizavam trabalhos de escrita para terceiros. Talvez comprassem o que necessitavam e não pagavam à vista, acumulando dívidas e/ou trocando gêneros de primeira necessidade por favores etc. De acordo com Áurea Adão, o pagamento dos professores no século XVIII em Portugal era baixo e muitos procuravam outras ocupações remuneradas para complementar seus ordenados. Eram constantes as queixas por parte da população, que reclamava de professores que deixavam de comparecer às aulas para se ocuparem de outros ofícios podendo, assim, melhor ganhar a vida¹¹.

Os professores deveriam receber ordenados diferenciados, de acordo com as especialidades que ensinavam. Em Minas Gerais, entre 1795 e 1797, os pagamentos dos salários dos mestres deveriam ser feitos da seguinte maneira: os professores de Filosofia deveriam receber 460\$000 réis a cada ano; os de Retórica, 440\$000; de Gramática Latina 400\$000; de Primeiras Letras, 150\$000. Em 1800 esses valores continuaram os mesmos. Estes ordenados deveriam ser pagos ao longo do ano, divididos “aos quartéis”, conforme o vocabulário da época – ou seja: de três em três meses. Todavia, como dissemos, nem todos recebiam os ordenados

¹¹ ADÃO, *Estado Absoluto e ensino de Primeiras Letras*, p. 295.
e-hum, Belo Horizonte, Vol.5, N.2, pp.119-135 (2012). Editora uniBH
Disponível em: www.unibh.br/revistas/ehum

integralmente. A **Tabela 2**, a seguir, mostra os ordenados atrasados dos professores em diversas povoações mineiras, entre 1794 e 1800. Organizamos tal tabela a partir de dados contidos na “Relação do que se está devendo de Ordenados aos Professores Regios dessa Capitania de Minas Geraes the o 4º Quartel do corrente anno de 1800”¹².

¹² AHU, Cx 154, Doc 51, Cd 46.

TABELA 2

ORDENADOS DEVIDOS AOS PROFESSORES RÉGIOS ENTRE 1794 E 1800			
Locais ¹	Aulas	Meses/Dias Atrasados	Valores
Freguesia da Conceição do Mato Dentro*	1 ^{as} Let.	63M	787\$500
Freguesia de Guarapiranga*	1 ^{as} Let.	66M	825\$000
Freguesia de Congonhas do Campo*	1 ^{as} Let.	66M	825\$000
Freguesia de Itaberava*	1 ^{as} Let.	66M	825\$000
Freguesia de Santa Barbara*	1 ^{as} Let.	60M	750\$000
Freguesia de São Miguel	1 ^{as} Let.	66M	825\$000
Vila Rica	1 ^{as} Let.	60M	750\$000
Freguesia de Sto Antonio do Bom Sucesso do Descobrimento do Passanha[sic] (provavelmente Peçanha) e Índios	1 ^{as} Let.	78M	975\$000
Freguesia de N. Sra da Conceição de Catas Altas do Mato Dentro*	1 ^{as} Let.	66M	825\$000
Freguesia de Santo Antonio do Vale da Piedade	1 ^{as} Let.	3M	37\$500
Cidade Mariana*	1 ^{as} Let.	63M	787.500
Freguesia de N. Sra. da Boa Viagem do Curral del Rei*	1 ^{as} Let.	60M	750\$000
Nossa Senhora da Nazaré do Inficionado*	1 ^{as} Let.	63M	787\$500
Arraial do Santo Antonio do Gouvêa	1 ^{as} Let.	3M	37\$500
Vila do Sabará	1 ^{as} Let.	6M	75\$000
Freguesia do Forquim	1 ^{as} Let.	30M	375\$000
Freguesia de São Jozé da Barra Longa	1 ^{as} Let.	72M	900\$000
Freguesia das Lavras do Funil	1 ^{as} Let.	42M	525\$000
Vila de Minas Novas do Fanado	1 ^{as} Let.	66M	825\$000
Arraial do Tejuco	1 ^{as} Let.	36M	450\$000
Freguesia de Santa Luzia do Sabará	1 ^{as} Let.	39M	487\$500
Villa de Sam João del Rei*	1 ^{as} Let.	66M	825\$500
Villa do Príncipe	1 ^{as} Let.	27M	337\$500
Freguesia do Tamandoá*	1 ^{as} Let.	65M/10D	816\$680
Villa de Queluz	1 ^{as} Let.	66M	825\$000
Villa do Paracatu	1 ^{as} Let.	24M	300\$000
Cidade de Mariana*	Fil. Rac.	45M	1:725\$000
Villa de São João del Rei*	G. Lat.	42M	1:400\$000
Villa do Príncipe*	G. Lat.	63M	2:100\$000
Villa Rica*	G. Lat.	66M	2:200\$000
Villa do Pitangui	G. Lat.	15M	500\$000
Villa de São José*	G. Lat.	42M	1:400\$000
Arraial do Tejuco	G. Lat.	37M	1:250\$000
Mariana	G. Lat.	6M	200\$000
Villa do Sabará	G. Lat.	6M	200\$000
Villa de Minas Novas do Fanado	G. Lat.	45M	1:500\$000
Arraial da Piranga	G. Lat.	26M	900\$000
Villa do Caeté	G. Lat.	33M	1:100\$000
Cidade de Mariana	Ret.	63M	2:310.000
Total	1.811 Meses/10 Dias		33:314\$680

1 Mantivemos os nomes das localidades conforme documento original. Para saber quais nomes as localidades possuem atualmente, cf: FONSECA, *O ensino régio na Capitania de Minas Gerais, 1772-1834*, p. 99-100 (Anexo).

* As cadeiras marcadas com asteriscos se encontravam ocupadas.

Fonte: AHU, Cx 154, Doc 51, Cd 46.

A soma do que se devia aos professores entre 1794 e 1800 chegava ao valor de 33:314\$680 réis, referentes a 1.811 meses e 10 dias de ordenados¹³. Somando todas as especialidades, dentre as 39 cadeiras que figuram na **Tabela 2**, 17 delas foram indicadas no documento como ocupadas pelos mestres em 1800 (o que representa 43,5% de 39). Ao cotejarmos a **Tabela 2** com a **Tabela 1**, apresentada anteriormente neste artigo, constatamos que havia, conforme dados da **Tabela 1**, 22 cadeiras ocupadas em Minas Gerais no ano de 1800. Assim, ao isolarmos este ano, percebemos que 17 mestres das 22 cadeiras ocupadas se encontravam com salários atrasados, o que equivale a 77,2%.

Como podemos ver, 26 dos 39 professores que figuram na **Tabela 2** eram de Primeiras Letras (66,7%). Destas 26 cadeiras de Primeiras Letras, 12 se encontravam ocupadas. Assim, em termos relativos, 46% dos 26 mestres deste nível de ensino se encontravam com os salários em atraso, correspondentes a 1.322 meses e 10 dias e ao total de 16:529\$680 réis.

Entre os 39 professores relacionados na **Tabela 2**, 11 lecionavam Gramática Latina (28,2%). Dessas 11 cadeiras, quatro se encontravam ocupadas (36,3%). Os professores de Latim estavam com seus salários atrasados por 381 meses. A soma dos salários atrasados entre os professores de Latim resulta em 12:750\$000 réis.

Por fim, apenas um dos 39 professores que se encontram listados na **Tabela 2** era de Filosofia Racional e outro de Retórica (2,5% para cada caso). À época, haviam sido autorizadas em Minas Gerais uma cadeira de Filosofia e outra de Retórica. Ambos os mestres destas cadeiras estavam com seus salários atrasados, respectivamente com as seguintes cifras: 45 meses (1:725\$000 réis) e 63 meses

¹³ No documento original são indicados os “quartéis” e dias de salários atrasados. Todavia, para melhor entendimento dos leitores, transformamos os quartéis em meses. O documento traz, ainda, os nomes completos dos mestres que se encontravam com os ordenados atrasados.

(2:310\$000 réis). Todavia, apenas a cadeira de Filosofia Racional se encontrava ocupada em 1800.

Considerando as dificuldades da Junta da Real Fazenda em pagar em dia os ordenados dos professores régios e o grande número de cadeiras vagas, foi posta em marcha uma reforma no final do século XVIII. Assim, foram realizados por todo Reino de Portugal e Ultramar estudos que indicassem quais cadeiras deveriam ser desautorizadas e quais outras mantidas, em conformidade com a arrecadação do subsídio literário. Este tipo de exercício também fora realizado, no ano de 1800, sobre a realidade vivida nas aulas régias da Capitania de Minas Gerais. Nas palavras da época, tratava de se elaborar um “Plano dos Proffessores que só parece devem existir segundo a Colecta que lhe hé estabelecida para o seu pagamento, á vista do Calculo do Rendimento desta, e dos vencimentos anuaes que parece devem ter os mesmos honorários, por melhor economia”¹⁴. Os dados deste plano foram por nós contabilizados e organizados ao lado das evidências que levantamos acerca dos anos de 1797 e 1800, o que facilita a leitura e comparação dos mesmos, a partir da **Tabela 3**:

TABELA 3

AULAS RÉGIAS AUTORIZADAS EM MINAS GERAIS EM 1797 E 1800 E PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE 1800			
Aulas	Nº de Cadeiras Autorizadas		Proposta de Reorganização
	1797	1800	1800
Primeiras Letras	33	32	14
Gramática Latina	11	12	9
Retórica	1	1	1
Filosofia	1	1	1
Geometria	0	0	1
Grego	0	0	1
Sem Identificação	0	1	0
Total	46	47	27
Fontes: AHU, Cx 148, Doc 06, Cd 43; Cx 154, Doc 51, Cd 46.			

¹⁴ AHU, Cx 154, Doc 51, Cd 46.

O plano de 1800, ou proposta de reorganização em Minas Gerais era visivelmente contundente, quando comparamos suas cifras com as das cadeiras que se encontravam autorizadas nos anos de 1797 e 1800. Nada menos do que 18 das 32 cadeiras de Primeiras Letras existentes em 1800 deveriam ser suprimidas, o que corresponde a 56,2%. No que se refere à Gramática Latina, a proposta de redução se mostrava menos drástica: das 12 cadeiras existentes em 1800, três deveriam ser desautorizadas, o que significa 25%. As aulas de Filosofia e Retórica não sofreriam alterações. Todavia, o plano considerava a criação de cadeiras de outras especialidades de nível “secundário”, pois havia a sugestão de se estabelecer duas aulas que anteriormente não tinham sido autorizadas em Minas Gerais: uma de Geometria e outra de Grego. Mesmo havendo a indicação de supressão significativa, as aulas de Primeiras Letras continuavam sendo as prioritárias dentro do sistema de ensino português, seguidas das de Latim. Não sabemos ainda se este movimento de extinção das aulas régias sugerido pelo documento chegou a ocorrer. Como dissemos, este artigo é fruto de uma pesquisa que se encontra inconclusa e há muito ainda para pesquisarmos.

Podemos considerar, até o presente momento, que a distribuição das cadeiras pelas localidades mineiras foi realizada conforme as orientações e interesses da coroa portuguesa, que privilegiavam as vilas mais populosas e as cabeças de comarca.

As aulas de Primeiras Letras, nas quais deveriam ser ministrados os ensinamentos da leitura, escrita, as quatro operações básicas da Matemática e Doutrina Cristã, eram as mais numerosas na Capitania de Minas Gerais, o que se verifica em todo o reino português conforme trabalhos de outros historiadores da educação.

Havia grande oscilação na ocupação das cadeiras e, à medida em que o fim do século XVIII se aproximava, a vacância das cadeiras foi crescendo visivelmente. No ano de 1800, havia muitos professores com as permissões para lecionar ou provisões vencidas, o que nos ajuda a entender os altos números de cadeiras vagas. Mesmo entre as cadeiras ocupadas, os professores régios se encontravam com os ordenados atrasados durante longos períodos, especialmente os que ensinavam as Primeiras Letras. Não temos ainda indícios que nos permitam compreender quais estratégias estes professores desprovidos de salários criavam para subsistir neste mundo sem liquidez.

Apesar das lacunas e limitações ainda existentes em nossa pesquisa, podemos afirmar que as aulas régias não eram um fracasso absoluto. Se, por um lado, havia por parte da coroa portuguesa iniciativas para manter as cadeiras em funcionamento, por outro lado devemos considerar que estas iniciativas visavam a atender os interesses da Metrópole e a manter a ordem estamental da sociedade.

Para finalizar, havia sim uma inconstância, que indica que o sistema de ensino do Reino Lusitano em terras mineiras ainda não se encontrava solidamente estabelecido. Tal inconstância se aprofundou no final dos setecentos, em que se vivia um contexto de crise e a necessidade de reorganização administrativa e econômica em todo o Reino de Portugal e Ultramar.

Fontes Documentais:

Consultadas no Arquivo Público Mineiro/*Projeto Resgate*/Arquivo Histórico Ultramarino: AHU, Cx 148, Doc 06, Cd 43; AHU, Cx 154, Doc 51, Cd 46.

Referências Bibliográficas:

ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e Ensino de Primeiras Letras*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 5 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Configuração da historiografia educacional brasileiro”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 329-353.

FERNANDES, Rogério. *Os caminhos do ABC*. Porto: Editora do Porto, 1994.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

____. *O ensino régio na Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MORAIS, Christianni Cardoso & FERNANDES, Rogério. *Pombalismo sem Pombal*. Actas do VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 20-23 de junho de 2008, Porto. <http://web.lettras.up.pt/7clbheporto/> Acesso em: 1º mai. 2009.

MORAIS, Christianni Cardoso. *Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola: de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850)*. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. Recife: EDUFPE, 2007.

SILVA, Diana de Cássia. “As Reformas Pombalinas e seus reflexos na constituição dos mestres de Primeiras Letras no Termo de Mariana (1772-1835)”. In: VAGO, Tarcísio Mauro; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. *Histórias de práticas educativas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 20-40.

VILLALTA, Luiz Carlos. “Educação, nascimento, haveres e gêneros”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas 2*. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007. p. 253-287. Vol. 2.